



## **15 DE FEVEREIRO DE 2019**

### **Sexta-feira**

- ESTADO E FIEP TRABALHARÃO JUNTOS PARA FORTALECER O SETOR INDUSTRIAL
- SISTEMA FIEP ASSINA PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM A PARANÁ DESENVOLVIMENTO
- DEMANDAS DO SETOR INDUSTRIAL PARANAENSE SERÃO ENCAMINHADAS AO GOVERNO FEDERAL
- MAIORES BANCOS LUCRAM R\$ 73 BI EM ANO MARCADO POR RETOMADA DO CRÉDITO
- GOVERNO AINDA DISCUTE SISTEMA DE PONTOS E PEDÁGIO NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- GOVERNO FEZ SUA ESCOLHA, CONGRESSO IRÁ FAZER A SUA, DIZ PRESIDENTE DO SENADO SOBRE PREVIDÊNCIA
- BOLSONARO DEFINE IDADE MÍNIMA DE 62 ANOS PARA MULHERES E DE 65 PARA HOMENS NA PREVIDÊNCIA
- TRANSIÇÃO MAIS CURTA PREJUDICA TRABALHADOR COM MENOS DE 50 ANOS
- PREVIDÊNCIA: ECONOMIA PROJETADA COM REFORMA É DE 1/3 DO DÉFICIT DO INSS, MOSTRAM DADOS DO GOVERNO
- CONSUMO TOTAL DE ENERGIA NO BRASIL DEVE CRESCER 2,2% AO ANO ATÉ 2040, ESTIMA BP
- ATIVIDADE ECONÔMICA DO BRASIL TEM CRESCIMENTO DE 1,15% EM 2018, APONTA BC
- IGP-10 SOBE 0,40% EM FEVEREIRO COM ALTA NOS PREÇOS NO ATACADO, DIZ FGV
- ANP DESISTE DE IMPOR FÓRMULA DE FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS
- NISSAN FIRMA ACORDO PARA DESENVOLVER TECNOLOGIA DE RECARGA ELÉTRICA NO BRASIL
- INOVAÇÃO AVALIA QUALIDADE ASSÉPTICA E ANTICORROSIVA NA INDÚSTRIA

- INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DEVE ELEVAR INVESTIMENTO EM 2019, MAS ABAIXO DA MÉDIA DOS ÚLTIMOS ANOS
- OUÇA O AB CAST #1, QUE TRAZ O BALANÇO DOS RESULTADOS DA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA
- CNH INDUSTRIAL TEM LUCRO LÍQUIDO 71% MAIOR EM 2018
- USIMINAS REVERTE PREJUÍZO PARA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 401 MILHÕES NO 4º TRIMESTRE
- NIPPON APOSTA NO AVANÇO DA DEMANDA NACIONAL POR AÇO

CÂMBIO EM 15/02/2019		
	Compra	Venda
<b>Dólar</b>	3,719	3,719
<b>Euro</b>	4,190	4,192

Fonte: BACEN

### Estado e Fiep trabalharão juntos para fortalecer o setor industrial

15/02/2019 – Fonte: Agência de Notícias do Paraná (publicado em 14-02-2019)

***Protocolo de intenções foi assinado pelo governador Ratinho Junior e o presidente da entidade, Edson Campagnolo. Objetivo é desenvolver as habilidades regionais do Paraná e identificar novas vocações.***

O governador Carlos Massa Ratinho Junior e o presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, assinaram nesta quinta-feira (14) um protocolo de intenções para alinhar ações conjuntas que visam o desenvolvimento do Estado. A ideia é que a Fiep trabalhe de forma integrada com a Paraná Desenvolvimento, agência responsável pela prospecção de novos negócios ao Estado, para fortalecer o setor industrial paranaense no cenário nacional e internacional.

A assinatura do documento, disse o governador, é mais um passo para o fortalecimento das relações do Governo do Estado com o setor. O documento prevê futuras parcerias técnicas entre a Fiep e a Paraná Desenvolvimento.

“Nosso objetivo é desenvolver as habilidades regionais do Paraná e identificar novas vocações”, disse o governador. “Um exemplo é a indústria 4.0. Queremos transformar o Estado em um grande polo tecnológico, com a criação de startups para o setor agropecuário. A Fiep tem expertise nessa área e pode trabalhar junto com o governo”, afirmou. O fortalecimento do setor e atração de novas empresas, ressaltou Ratinho Junior, vai gerar mais emprego e renda no Estado, melhorando a qualidade de vida da população paranaense.

**INTEGRAÇÃO** – De acordo com Edson Campagnolo, o convênio busca identificar setores e atividades que tenham pontos em comum e potencial para integração. “Temos muitas ações que podemos trabalhar, como nas questões internacionais,

atração de investimentos, a logística e infraestrutura do Estado, que abrem muitas oportunidades”, disse.

“Um terço da economia paranaense é industrial. Por isso, o Sistema Fiep tem muito a contribuir. Se trabalharmos em conjunto, vamos ganhar tempo para realizar muitas coisas que estavam emperradas no Estado”, afirmou.

**PORTAS DE ENTRADA** - O diretor-presidente da Paraná Desenvolvimento, Eduardo Bekin, ressaltou que tanto a agência quanto a Fiep são as portas de entrada da iniciativa privada no Estado.

“A ideia é ter agora uma porta só, que possamos trocar informações e fazer um trabalho focado para que o Estado saia mais fortalecido na atração de investimentos”, disse. Segundo ele, a partir de agora serão elaboradas agendas em conjunto para unir esforços e criar vantagens competitivas perante os outros estados.

**PRESENCAS** – Participaram da reunião o secretário do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Marcio Nunes; o diretor da Fiep, Paulo Roberto Pupo; o chefe de gabinete da presidência da entidade, João Arthur Mohr; e o gerente técnico da Paraná Desenvolvimento, Jean Alberini.



### **Sistema Fiep assina protocolo de intenções com a Paraná Desenvolvimento**

15/02/2019 – Fonte: Agência Fiep (publicado em 14-02-2019)

Objetivo é a conjugação de esforços para a promoção de ações que possam contribuir com o desenvolvimento do Estado



Protocolo foi assinado no Palácio Iguazu (Foto: Gelson Bampi)

O Sistema Fiep assinou, nesta quinta-feira (14), um protocolo de intenções para o desenvolvimento de ações conjuntas com a agência Paraná Desenvolvimento, ligada ao governo do Estado. O documento foi assinado pelo presidente do Sistema Fiep, Edson Campagnolo, e o governador Carlos Massa Ratinho Junior.

“Com esse protocolo, vamos poder perceber quais são as atividades em que é possível trabalhar integrados”, afirmou Campagnolo. “Temos muitas questões internacionais, de atração de investimentos, logística e infraestrutura, entre outras, que abrem muitas oportunidades”, completou. Outra área em que a cooperação pode ser estreita é a da inovação e desenvolvimento de startups, em que o Sistema Fiep possui ampla expertise.

O governador Ratinho Junior reforçou a necessidade de ampliar a integração nessa área. "Queremos transformar o Estado em um grande polo tecnológico, com a criação de startups para o setor agropecuário. A Fiep tem expertise nessa área e pode trabalhar junto com o governo", afirmou.

O objeto do protocolo de intenções é a conjugação de esforços entre os signatários para a promoção de ações que possam contribuir com o desenvolvimento do Estado do Paraná. Com isso, espera-se o aumento da competitividade nacional e internacional da indústria paranaense.

O diretor-presidente da Paraná Desenvolvimento, Eduardo Bekin, ressaltou que tanto a agência quanto o Sistema Fiep são as portas de entrada da iniciativa privada no Estado. "A ideia é ter agora uma porta só, que possamos trocar informações e fazer um trabalho focado para que o Estado saia mais fortalecido na atração de investimentos", disse.

Também estiveram presentes na solenidade de assinatura do protocolo o vice-presidente da Fiep, Paulo Pupo e o secretário do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Marcio Nunes.

### **Demandas do setor industrial paranaense serão encaminhadas ao governo federal**

15/02/2019 – Fonte: Agência Fiep (publicado em 14-02-2019)

Iniciativa acontece após reunião da diretoria da entidade com o ministro da Economia, Paulo Guedes, que pediu a cada segmento que aponte quais são os principais entraves que atrapalham seus negócios



Diretoria da Fiep foi recebida no Ministério da Economia (Foto: Gelson Bampi)

Após uma série de encontros com representantes do governo federal e do Congresso Nacional, nesta semana, em Brasília, a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) vai encaminhar ao governo federal os principais entraves que vêm atrapalhando o desenvolvimento do setor industrial. Essa iniciativa atende a um pedido do ministro da Economia, Paulo Guedes, que em encontro com a diretoria da entidade afirmou que o governo precisa que os empresários indiquem quais são os principais gargalos atuais para suas atividades, para que a equipe econômica possa buscar soluções.

"Saímos de Brasília com um dever de casa: reunir todas as cadeias produtivas do Paraná, elencar quais são as principais dificuldades, por prioridade, e apresentar e discutir com eles", explica o presidente da Fiep, Edson Campagnolo. "Ouvimos dos interlocutores do governo que nós, do setor produtivo – indústria, comércio, serviços, agricultura –, temos que vir até eles e dizer o que está emperrando nossos negócios", acrescenta.

Por meio do Observatório Sistema Fiep, área que atua na elaboração de estudos prospectivos, já foram mapeados os principais fatores-chave para a competitividade da indústria paranaense. Eles compreendem áreas que vão desde educação até política econômica, passando por tributação, infraestrutura e inovação, entre outras. Esses

fatores, além dos desafios a serem vencidos para cada um deles, estão compilados no Master Plan de Competitividade 2031, documento que foi divulgado aos candidatos durante o processo eleitoral do ano passado.

“Quando a nossa economia entrou em crise, elencamos 30 desafios para a retomada do desenvolvimento industrial e quais ações adotar para transpor esses desafios”, explica Marília de Souza, gerente executiva do Observatório. Junto com os desafios apontados no Master Plan, também serão enviadas ao governo demandas específicas que afetam os diferentes setores industriais.

Além de Guedes, que expôs à diretoria da Fiep as principais linhas de atuação do novo governo federal na área econômica, os industriais paranaenses também se reuniram, em Brasília, com o **secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre Da Costa**. Responsável por políticas ligadas diretamente à indústria, Costa será o principal interlocutor nesse diálogo entre o setor e o governo. A Fiep promoveu, ainda, um **encontro de sua diretoria com representantes da bancada paranaense no Congresso Nacional**. Vinte deputados federais e dois senadores estiveram presentes.

### **Repercussão**

Entre os industriais paranaenses que participaram da agenda em Brasília, a sensação é de que a equipe econômica do novo governo está disposta a, efetivamente, encontrar soluções para melhorar o ambiente de negócios do país. “Eu notei decisão e afinidade na equipe.

Ela tem um norte bastante claro do que pretende fazer e isso é importante”, afirmou o vice-presidente da Fiep, Carlos Walter Martins Pedro, que também coordena o Conselho Temático de Política Industrial, Inovação e Design da entidade. “Não dá para planejar e investir sem você ter uma segurança do caminho que vai ser tomado. É uma oportunidade realmente, nesse começo de um novo governo, a gente estar fazendo as nossas reivindicações diretamente a quem vai executar essa política”, completou.

Também vice-presidente da Fiep e coordenador do Conselho Temático de Assuntos Legislativos, José Eugenio Gizzi disse ter saído das reuniões muito esperançoso. “Enxergamos um futuro melhor. Fiz questão de falar ao ministro que ele estava diante de mestres na geração de empregos formais e que, por isso, podemos contribuir muito nesse processo de recuperação do Brasil.

Fico muito contente pelos canais de diálogo que a Fiep conseguiu abrir em Brasília”, disse. Gizzi destacou, ainda, a expressiva participação de deputados e senadores paranaenses no encontro desta quarta. “Todas as reformas e medidas passarão pelo Congresso Nacional. Conseguimos reunir dois terços da bancada paranaense e a maioria realçou o compromisso de lutar pelas reformas tão necessárias para o desenvolvimento do país”, afirmou.

Outro vice-presidente da Fiep, Helio Bampi também ressaltou o fato de os parlamentares demonstrarem ciência das prioridades para o país. “Deu para perceber, de maneira surpreendente, que há uma sintonia dos parlamentares, tanto dos deputados federais quanto dos senadores, em relação à pauta de Reforma da Previdência, Reforma Tributária e outras reformas que são específicas de setores e vão destravar a economia brasileira”, afirmou.

Também integrante da diretoria da Fiep, Rodrigo Martins disse ter notado nos representantes do governo e do Congresso que há uma nova percepção em relação ao papel do Estado brasileiro. “A gente percebe, tanto no Executivo quanto no Legislativo, uma nova forma de ver a presença do Estado, realmente como um parceiro e não como uma carga que nós, como sociedade, temos que carregar”, declarou.

## **Maiores bancos lucram R\$ 73 bi em ano marcado por retomada do crédito**

15/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***BB, Itaú, Bradesco e Santander elevaram empréstimos a pessoa física e pequenas empresas em 2018***

O crédito voltou a ser importante motor de crescimento para os grandes bancos brasileiros em 2018. A retomada foi sustentada por empréstimos a pessoas físicas e pequenas empresas, mas tem potencial para avançar neste ano, chegando às grandes companhias —se o ajuste fiscal se materializar.

Com a publicação, nesta quinta-feira (14), do resultado do Banco do Brasil, encerra-se o ciclo de divulgação do balanço anual das principais instituições financeiras de capital aberto, clube que inclui Itaú, Bradesco e Santander.

Juntos, os quatro bancos registraram lucro líquido consolidado de R\$ 73 bilhões -bem acima dos R\$ 65 bilhões de 2017 —e distribuíram cerca de R\$ 41 bilhões a acionistas.

"O ano que não começou tão animador fechou de forma bastante favorável. Isso se deu em grande parte pela melhora na qualidade do crédito e consequente redução nas provisões que os bancos fazem pelo risco de calote", diz Andréé Martins, analista da XP.

E, segundo ele, as três grandes instituições que divulgam suas projeções para 2019 —apenas o Santander não o faz— sinalizaram apetite maior para tomar risco.

O Itaú, dono da maior carteira entre os bancos privados, prevê um crescimento de 8% a 11% em suas operações de crédito no Brasil. A visão é bem mais otimista do que o avanço de 4,2% em 2018.

A expansão deste ano deve continuar centrada nos segmentos de pessoa física e pequenas empresas, que, juntos, subiram 11,3% no ano passado. Um impulso extra poderia vir da recuperação do crédito por tomadores mais robustos.

Candido Bracher, presidente do Itaú, disse, ao informar o resultado do banco, que a reforma da Previdência será crucial. Isso porque, segundo ele, grandes empresas aguardam a aprovação das regras para retomar investimentos.

Até lá, a demanda no segmento fica na retranca. O empréstimo para grandes empresas caiu 4,7% em 2018 no Itaú. No Bradesco, o crescimento do crédito para empresas maiores até chegou, com um avanço de 4,5% em 2018. Mas a alta projetada de 9% a 13% na carteira geral deste ano ainda deve ser puxada pelo tomador menor, observou Octavio de Lazari, presidente do banco, ao divulgar o balanço.

Ele disse a jornalistas, contudo, que agora os projetos já saíram da gaveta e foram para cima da mesa, indicando que a recuperação pode começar. O crescimento das carteiras dos bancos pode trazer a reboque um aumento nas provisões para cobrir calotes.

No Santander, no qual o crédito disparou 11,2% no ano passado, o movimento aconteceu. A PDD (provisão de devedores duvidosos) subiu 7,6% em 2018. Segundo o banco, a inadimplência acima de 90 dias, porém, está controlada.

"Por mais que a tendência da inadimplência seja de se estabilizar ou até subir um pouco, não deve convergir para níveis extremamente perigosos como vimos durante a crise. Mas, se o banco empresta mais, precisa provisionar", explica Martins, da XP.

O crescimento do crédito deve ajudar ainda a compensar a redução de spreads (a diferença entre o custo de captação e a taxa de juro cobrada do cliente) ao longo de 2019, auxiliando na sustentação das margens financeiras.

"Não tem mais como manter o spread como a gente praticava. E, com os spreads comprimidos, a única solução é crescer volume", afirmou Lazari.

## **Governo ainda discute sistema de pontos e pedágio na reforma da Previdência**

15/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Bolsonaro definiu nesta quinta idade mínima de 62 anos para mulheres e de 65 para homens***

Após definir a idade mínima e o tempo de transição, o governo ainda precisa calibrar algumas regras para quem está em condições de se aposentar em breve, segundo as normas previdenciárias atuais — definir ou divulgar a regra de transição desses casos. Como regra geral, aprovada a reforma, a idade mínima de aposentadoria passaria a ser de 60 anos para homens e de 56 anos para mulheres.

Nos casos-limite, de quem está à beira de se aposentar, haveria normas especiais. Por algum tempo, de dois a cinco anos, ainda será possível se aposentar por tempo de contribuição (depois de 35 anos contribuição para homens e 30 anos para mulheres). Nesse caso, será necessário pagar um "pedágio": trabalhar por um tempo adicional, proporcional ao que faltaria para se aposentar.

Com um pedágio de 50% e faltando dois anos para a aposentadoria, por exemplo, seria necessário trabalhar mais um ano. O valor do benefício teria um desconto, calculado com base no fator previdenciário.

Para acomodar várias situações em que o trabalhador esteja próximo da aposentadoria, haverá a opção de calcular o tempo de trabalho restante por meio de um sistema de pontos.

Nessa alternativa, o sistema de pontos —a definir— acompanhará a soma do tempo de contribuição com a idade. Para receber hoje o valor integral do benefício, os homens precisam fazer 96 pontos; as mulheres, 86.

Nesta quinta-feira (14), o secretário da Previdência Rogério Marinho anunciou que o presidente Jair Bolsonaro concordou em idades acima das que defendia inicialmente. Ficou acertado que a idade mínima será de 65 anos para homens e de 62 anos para mulheres.

A transição também tem prazos diferentes. Para os homens, serão 10 anos se a proposta for aprovada pelo Congresso. Para mulheres, a transição será de 12 anos.

A reforma de Bolsonaro é mais dura do que o projeto do ex-presidente Michel Temer (MDB), que previa uma transição em 20 anos. A ideia de chegar a esses patamares na metade do tempo previsto pelo ex-presidente foi publicada pela **Folha** em janeiro. O governo tem o objetivo de economizar mais. Na transição, a cada ano a idade avança meio ano.

Atualmente, há duas formas de trabalhadores da iniciativa privada se aposentarem. Uma delas é por idade e exige 65 anos (homem) e 60 anos (mulher), além de 15 anos de contribuições ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Em média, essas aposentadorias têm valor de R\$ 1.700.

O segundo modelo é a aposentadoria por tempo de contribuição, que alcança a população de renda mais alta e cujo valor do benefício é maior —aproximadamente R\$ 3.000.

Em média, um brasileiro se aposenta com 56 anos de idade por esse sistema após ter contribuído por 35 anos. Mulheres precisam pagar o INSS por 30 anos e conseguem o benefício, em média, com 53 anos.

A PEC precisa do apoio de três quintos de cada Casa.

## **Governo fez sua escolha, Congresso irá fazer a sua, diz presidente do Senado sobre Previdência**

15/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Davi Alcolumbre diz que soube de proposta de Bolsonaro pela imprensa e que Planalto precisa conseguir os votos para aprovar reforma***

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse nesta quinta-feira (14) que a nova reforma previdenciária estabelecendo idades mínimas de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens é uma proposta do Palácio do Planalto, mas não necessariamente a que será aprovada.

"O Congresso tem que, democraticamente, ouvir a sociedade, debater e deliberar. O governo já fez a sua escolha. O Congresso, livremente, irá fazer o debate, irá fazer sua escolha", afirmou.



Plenário do senado federal durante sessão deliberativa, sob a presidência do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) - Pedro Ladeira/Folhapress

Davi disse que soube da decisão do presidente Jair Bolsonaro pela imprensa e que, se o governo quiser aprovar sua reforma, vai precisar conseguir os votos.

"Teremos um amplo debate no Congresso. Se o governo tiver os votos para esta proposta encaminhada, vai passar. Acho que o Congresso vai debater e fazer suas sugestões e alterações", disse o presidente do Congresso.

A decisão da idade mínima foi anunciada na tarde de quinta-feira. A expectativa é que o governo encaminhe a proposta completa ao Legislativo na semana que vem.

A ideia é que, na quarta-feira (20), Bolsonaro faça um pronunciamento à nação, explicando os detalhes da proposta. O discurso deve ser realizado em cadeia nacional de televisão e rádio.

Em reunião com a equipe econômica nesta tarde, ficou estabelecido que haverá um período de doze anos de transição para se chegar aos pisos para recebimento da aposentadoria.



## **Bolsonaro define idade mínima de 62 anos para mulheres e de 65 para homens na Previdência**

15/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Em reunião com equipe econômica, foi estabelecido tempo de transição de até 12 anos***

Após o aval do presidente Jair Bolsonaro (PSL), a reforma da Previdência do governo vai prever idades mínimas para aposentadorias diferentes para os dois sexos: 65 anos para homens e 62 anos para mulheres.

Mas esse requisito não será aplicado imediatamente. Há um período de transição para que a idade mínima alcance esse patamar. No caso dos homens, o período será em 10 anos se a proposta for aprovada pelo Congresso. Para mulheres, a transição é de 12 anos.

Isso significa que a reforma a ser apresentada por Bolsonaro na próxima semana é mais dura que o projeto do ex-presidente Michel Temer (MDB) e que já sofreu ajustes na Câmara dos Deputados.

Depois de negociação com deputados, o texto de Temer estabelecia uma idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres), mas em um período de 20 anos. A ideia de se chegar a esses patamares na metade do tempo previsto pelo ex-presidente foi publicada pela **Folha** em janeiro. Essa era uma das propostas em análise pelo governo.

Ao encurtar a escalada da idade mínima, o governo tem como objetivo economizar mais no pagamento de aposentadorias, já que as regras para se aposentar ficarão mais rígidas em período mais curto. A transição elaborada começa com uma idade mínima de 60 anos, para homens, e de 56 anos, para mulheres.

Essas faixas etárias subiriam gradualmente até chegarem ao patamar decidido por Bolsonaro. A cada ano a idade mínima avança meio ano. Um integrante da equipe econômica confirmou que, pela proposta de Bolsonaro, os servidores públicos também terão de cumprir as mesmas idades mínimas previstas no projeto. Atualmente, os servidores podem se aposentar com 60 anos (homem) e 55 anos (mulheres).

Bolsonaro se reuniu nesta quinta-feira (14) com os ministros Paulo Guedes (Economia) e Onyx Lorenzoni (Casa Civil) para finalizar a proposta. Na tratativa, Guedes defendeu que homens e mulheres deveriam ter a mesma idade mínima, de 65 anos. Mas o presidente já havia indicado que recusaria a ideia. A proposta meio-termo foi publicada pela coluna Painel desta quinta.

“A equipe econômica defendeu a ele 65 anos iguais para os dois gêneros e uma transição de dez anos. Essa era a ideia da equipe. E, após uma negociação com o presidente, o resultado é 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. É uma transição de 12 anos”, disse o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, após a reunião.

Ele ponderou que, apesar da decisão anunciada, o texto do projeto ainda pode sofrer alterações até a quarta-feira (20), quando Bolsonaro deve fazer um pronunciamento à nação.

O texto será submetido até o dia do anúncio à área jurídica do Palácio do Planalto. No mesmo dia, a proposta deve ser encaminhada ao Congresso Nacional. A intenção do governo é enviar o projeto de lei que aumenta o tempo de serviço mínimo exigido para militares com a PEC (proposta de emenda à Constituição) que define as mudanças nas regras de aposentadorias para o serviço público e a iniciativa privada.

Mas, de acordo com um dos participantes da reunião com Bolsonaro, isso ainda pode ser alvo de discussões, o que poderia adiar a apresentação do projeto para os militares.

Para defender a reforma da Previdência, o governo já prepara uma campanha publicitária. A mensagem será de combate aos privilégios. Nas peças publicitárias, a ideia é se referir a uma “nova Previdência” e dizer que com as mudanças ricos e pobres se aposentarão com a mesma idade.

Ao propor a criação de uma idade mínima exigida para aposentadorias, o governo quer combater as chamadas aposentadorias precoces, que atendem essencialmente trabalhadores de renda mais alta.

Atualmente, há duas formas de trabalhadores da iniciativa privada se aposentarem. Uma delas é por idade e exige 65 anos (homem) e 60 anos (mulher), além de 15 anos de contribuições ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Em média, essas aposentadorias têm valor de R\$ 1.700.

O segundo modelo é a aposentadoria por tempo de contribuição, que alcança a população de renda mais alta —e que consegue se manter em um emprego formal por mais tempo— e cujo valor do benefício é maior —aproximadamente R\$ 3 mil. Em média, um brasileiro se aposenta com 56 anos de idade por esse sistema após ter contribuído por 35 anos.

Mulheres precisam pagar o INSS por 30 anos e conseguem o benefício, em média, com 53 anos. Enquanto formulava a proposta da reforma, o time de Guedes também começou a trabalhar na estratégia para aprovação do texto no Congresso e para comunicação com a sociedade sobre as mudanças na Previdência.

Além do combate a privilégios e desigualdades, o governo também preparou medidas para combater fraudes e aprimorar a recuperação de dívidas com o INSS. A medida provisória que passa um pente-fino nos benefícios do INSS já foi enviada ao Congresso e abre caminho para a votação da reforma da Previdência, que, por ser uma alteração constitucional, precisa do apoio de três quintos de cada Casa, em duas votações.

### **Transição mais curta prejudica trabalhador com menos de 50 anos**

15/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### ***Quem ainda não chegou a essa idade terá praticamente que se aposentar com as idades mínimas de 62 ou 65 anos***

O projeto de reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro vai conter as mesmas idades mínimas propostas pela gestão Michel Temer —62 anos, para mulheres, e 65 anos, para homens—, mas a exigência passará a valer em um prazo mais curto.

Na atual proposta, o período de transição para que a idade mínima passe a valer é de 12 anos. Na anterior, esse prazo era de 20 anos. Ao optar por uma transição curta, a reforma praticamente obrigará quase todos os aposentados que ainda não passaram dos 50 anos de idade a se aposentarem com as idades mínimas de 62 ou 65 anos.

O governo não detalhou, porém, quais serão as exigências para obter o benefício durante a transição. Um dos cenários possíveis é o uso de um sistema progressivo de pontos como regra de acesso ao benefício, semelhante ao atual 86/96.

No sistema de pontos, a soma da idade ao tempo de contribuição do segurado precisaria alcançar uma pontuação mínima para que o trabalhador tenha acesso ao benefício sem a necessidade de atingir uma idade mínima. Outra possibilidade para a

regra de transição é que o governo parta de uma idade mínima mais baixa e aumente a exigência ao longo de 12 anos.

Nessa hipótese, há coerência em considerar que sejam adotadas as mesmas idades mínimas iniciais propostas por Temer: 53 anos, para mulheres, e 55 anos, para homens, pois estão próximas das idades médias dos trabalhadores que hoje se aposentam por tempo de contribuição.

Caso a reforma seja aprovada, serão mais afetados trabalhadores que começaram a contribuir mais cedo, segundo a presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), Adriane Bramante. "Essas pessoas acreditaram em um sistema que permite a aposentadoria sem idade mínima, apenas com o tempo de contribuição de 30 anos, para mulheres, e de 35 anos, para homens", diz.

Para o advogado Rômulo Saraiva, o novo sistema vai aumentar em cerca de dez anos o tempo de trabalho. "Se for um homem que começou a pagar o INSS com 20 anos, ele vai ter 45 anos de atividade [na aposentadoria]. Paga-se mais para receber a mesma coisa" afirma.

### **Previdência: economia projetada com reforma é de 1/3 do déficit do INSS, mostram dados do governo**

15/02/2019 – Fonte: G1

***Intenção é economizar R\$ 1 trilhão em dez anos com reforma. Rombo do INSS entre 2020 e 2029 está estimado pelo governo em R\$ 3,1 trilhões. Objetivo da reforma é conter avanço do déficit.***

Dados do Ministério da Economia indicam que a economia de R\$ 1 trilhão em 10 anos (2020-2029) almejada pela equipe econômica com a reforma da Previdência Social representa menos de um terço do déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estimado para o período.

O valor da economia projetado com a reforma ainda não é definitivo – nesta quinta-feira (14), o presidente Jair Bolsonaro decidiu a respeito do modelo de reforma que enviará para o Congresso, mas a equipe econômica não informou quanto esse modelo permitirá economizar.

O inteiro teor da proposta será divulgado somente na próxima quarta (20), quando o presidente assinará o texto da reforma da Previdência e o encaminhará ao Congresso, disse o secretário de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho.

De acordo com informações da Secretaria Especial de Previdência do Ministério da Economia, o déficit (despesas maiores que as receitas) do INSS (sistema público que atende aos trabalhadores do setor privado) deve somar R\$ 3,1 trilhões nos próximos dez anos. Essa é a soma dos déficits projetados ano a ano em valores constantes (ou seja, não corrigidos pela inflação).

O objetivo do governo ao propor a reforma não é zerar o déficit previdenciário, mas tentar diminuir o rombo previsto para os próximos anos. Em 2018, o déficit nas contas do governo somou R\$ 120 bilhões, impulsionado principalmente pela Previdência.

A intenção da equipe econômica é reduzir os déficits públicos nos próximos anos, e, com isso, tentar conter a alta do endividamento – que totalizou 76,7% do Produto Interno Bruto (PIB) no fim do ano passado.

O Tesouro Nacional observou recentemente que, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a dívida bruta de países emergentes, ou seja, no "mesmo estágio de desenvolvimento" do Brasil, está em cerca de 50% do PIB.

## ROMBO DO INSS (REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA) ANO A ANO



### Servidores

Além do déficit do INSS, números oficiais indicam que o rombo dos regimes próprios dos servidores públicos (Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público) pode somar mais R\$ 1 trilhão nesse mesmo período.

Esse valor consta no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) da Secretaria do Tesouro Nacional, divulgado na semana passada no "Diário Oficial da União".

De acordo com o secretário de Previdência Social do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, porém, esse valor do rombo dos regimes próprios está corrigido pela inflação. Dados sem a correção inflacionária, considerados adequados, não foram fornecidos pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

Nessa conta, ainda não estão incluídas informações sobre o déficit do regime previdenciário dos militares. O **G1** entrou em contato com o Ministério da Defesa, indicado pelo governo para fornecer estimativas sobre os militares, mas até a publicação desta reportagem os números ainda não tinham sido encaminhados.

### Desequilíbrio na Previdência

- De acordo com dados oficiais, **a média de idade da aposentadoria está entre menores do mundo no Brasil.**
- Informações do Banco Mundial (Bird) e da OCDE mostram que o **Brasil é o país com população jovem que mais gasta com Previdência.**
- O Tesouro Nacional avaliou recentemente que a Previdência Social é o principal motivo das contas públicas estarem registrando, desde 2014, rombos bilionários, o que tem pressionado para cima a dívida pública - que atingiu **76,7% do PIB em dezembro (patamar elevado para emergentes).**
- Somente no ano passado, **o déficit previdenciário (INSS, RPPS e militares) somou R\$ 290 bilhões,** sendo o principal responsável pelo **rombo de R\$ 120 bilhões nas contas do governo em 2018.**
- Estimativas da proposta de orçamento de 2019, do governo federal, indicam que os gastos do governo federal com a Previdência Social devem ficar **mais de três vezes acima das despesas somadas de saúde, educação e segurança pública.**
- Dados do IBGE indicam que o Brasil terá **73 milhões de idosos em 2060, ou seja, cerca de 32% da população - contra os atuais 13%.**

- **Sistema 'insustentável'**

O secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, avaliou que o atual sistema previdenciário, da forma como está, é "insustentável".

"Hoje, a gente já tem um déficit considerável e vai piorar muito por conta da demografia [envelhecimento populacional]. Daqui a três décadas, nós vamos ter três vezes o número de idosos que temos hoje e menos gente do que temos hoje no mercado de trabalho [financiando a previdência]. No modelo atual, o modelo não se sustenta", declarou.

De acordo com Rolim, sem a reforma da Previdência Social, será preciso elevar a carga tributária (patamar de impostos pagos em relação à riqueza do país), que em 2017 somou 32,43% do Produto Interno Bruto (PIB), percentual considerado elevado para países emergentes. Ou aumentar ainda mais a dívida pública.

Outra alternativa seria o crescimento da inflação. "Ou resolve tudo isso via inflação, que é o que o Brasil fazia no passado, que é o que a Argentina voltou a fazer. São os caminhos que a gente tem", afirmou o secretário de Previdência ao **G1**.

Ele avaliou também que, sem a reforma da Previdência Social, será impossível cumprir o teto de gastos públicos – aprovado em 2016 – que estabeleceu um limite de despesas do Executivo, Legislativo e Judiciário com base na inflação do ano anterior. Isso porque as despesas obrigatórias (que o governo não tem opção de não pagar) já somam 93% em 2019, e avançariam para mais de 100% nos anos seguintes.

"Se não fizer a reforma previdenciária, vai ter de mudar a Constituição e acabar com o teto de gastos. A gente já tem números que mostram que a despesa obrigatória supera o teto [nos próximos anos], mesmo se zerar a despesa discricionária [aquela que o governo pode alterar]. O Congresso teria de aprovar uma emenda constitucional acabando com o teto de gastos", disse.

### **Regime de capitalização**

O secretário Leonardo Rolim acrescentou que o governo também quer propor, não necessariamente neste momento, mas em uma segunda rodada de discussões sobre a previdência, um regime de capitalização para os jovens.

Por esse regime, os benefícios são pagos de acordo com as contribuições feitas no passado pelos próprios trabalhadores.

"Essa vai ser a nova previdência, para gerações futuras. Um sistema equilibrado, que o jovem vê essa nova previdência e diz que vai entrar. Tem de definir ainda as regras, mas é voltado para as novas gerações. Os detalhes – se é para quem nasceu a partir de tal ano – ainda tem de definir. Provavelmente vai ficar para uma segunda rodada de negociação", informou.

**Consumo total de energia no Brasil deve crescer 2,2% ao ano até 2040, estima BP**

15/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 14-02-2019)

O consumo total de energia no Brasil deverá crescer 2,2% ao ano até 2040, acima da média global de 1,2% ao ano, conforme estimativas anunciadas nesta quinta-feira, 14, pelo Grupo BP. Segundo a empresa, o consumo de energia primária entre 2017 e 2040 saltará de 294 milhões para 485 milhões de toneladas equivalente de petróleo, avanço de 65%. Conforme os números do grupo, as áreas cujo consumo crescerá mais ano a ano serão a energia nuclear (4,5%), renováveis (4,5%) e gás (3,4%).

Nas energias renováveis (não considerando as hidrelétricas), o consumo entre 2017 e 2040 sairá de 41 milhões para 112 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (tep), salto de 173%. Já o de gás deverá ir de 38 TEP para 82 TEP, crescimento de 114%. As nucleares passarão de 4 para 10 TEP em igual período.

A mudança vai levar para uma mudança significativa na participação das fontes energéticas na matriz total. A participação do petróleo no consumo total deverá cair de 40% em 2017 para 34% em 2040. Já o gás subirá de 11% para 15% e as renováveis de 14% para 23%.

O consumo de energia com origem nas hidrelétricas também deverá saltar de 84 TEP para 112 TEP. A participação, entretanto, cairá de 28% para 23% entre 2017 e 2040 – em nível equivalente às renováveis.

Já o consumo de energia elétrica crescerá 2,8% ao ano no período, com projeção de consumo total 89% maior em 2040 ante 2017.

O consumo de energias renováveis (incluindo biocombustíveis e excluindo hidrelétricas) global deverá aumentar 381% entre 2017 e 2040, conforme estimativas do Grupo BP. A participação total do modelo energético deverá saltar de 4% para 15% do consumo global, acrescenta o relatório.

Na mesma linha, o gás ganhará espaço na matriz energética global (23% de participação em 2017, para 26% em 2040). O derivado do petróleo ocupará parte do espaço do carvão nesta balança, cuja participação no consumo deverá cair de 28% em 2017 para 20% em 2040.

### **Setores.**

A indústria apresentará um salto de 50% no consumo, de 114 TEP em 2017 para 172 TEP em 2040, figurando ainda como a principal consumidora, com 35% de participação (ante 39% em 2017). Em seguida virá o uso para o transporte, cujo consumo crescerá 62% até 2040, com participação de 31%.

Edificações, enquanto isso, devem ter crescimento no consumo de 91%, representando 29% do uso total do País em 2040.

### **Matriz energética**

A matriz energética brasileira deve se tornar mais limpa até 2040, quando a expectativa é de que os combustíveis não fósseis respondam por quase metade do mix de energia do País, segundo perspectivas divulgadas pela BP.

A previsão da companhia é de que juntas as fontes renováveis, incluindo as hidrelétricas, e a nuclear respondam por 48% do consumo total, ante os 43% observados em 2017. Adicionalmente, também o consumo de energia a partir do gás natural, fonte fóssil, mas menos poluente, deve crescer, passando dos atuais 11% para 15% da matriz.

Isoladamente, a participação das fontes renováveis – incluindo biocombustíveis mas não considerando as usinas hidrelétricas – deve passar de 14% para 23%, beneficiada pelo forte crescimento que vem sendo observado no País das usinas eólicas e fotovoltaicas – de grande porte e de micro ou mini geração. “A participação das renováveis na geração de energia elétrica dobra para um terço em 2040”, destaca a BP.

Já as hidrelétricas reduzem sua participação dos 28% observados em 2017 para 23% no final do período projetado, mesmo patamar em que devem estar as demais renováveis. A BP destaca que a fonte perderá participação por conta da limitação do crescimento da capacidade hídrica no Brasil.

De fato, grande parte do potencial de geração hidrelétrica já foi explorado no País e muitos dos aproveitamentos hidrelétricos remanescentes ficam em áreas de preservação ambiental ou enfrentam grande dificuldade de liberação de licenças pelas autoridades.

Destaque ainda para o projetado crescimento da fonte nuclear, dobrando para 2% até 2040. A projeção ocorre em um momento em que o governo busca soluções para concluir a implantação de Angra 3, com a expectativa de poder finalizá-la até 2026. Adicionalmente, o atual ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, já defendeu publicamente a fonte e a reavaliação sobre investimento privado na área nuclear, inclusive para usinas.

### **Petróleo**

A produção global de petróleo deverá crescer 0,4% ao ano entre 2017 e 2040, de 96 milhões de barris por dia para 104 milhões de barris/dia, conforme estimativas do Grupo BP. No período até 2040, a alta total de produção deverá ser de 9%.

Neste cenário, o Brasil terá participação central, segundo a instituição. O estudo mostra a matriz energética brasileira em 2040 quase igualmente dividida entre petróleo e gás (49%) e hidrelétricas e renováveis (46%). "Além disso, o Brasil responde por 23% do aumento da produção mundial de petróleo entre 2017 e 2040, um incremento de quase dois milhões de barris por dia, atingindo cinco milhões de barris por dia", afirmou, em nota, Mario Lindenhayn, presidente da BP Biocombustíveis e Head of Country da BP Brasil.

### **Atividade econômica do Brasil tem crescimento de 1,15% em 2018, aponta BC**

15/02/2019 – Fonte: Reuters

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), espécie de sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB), teve alta de 1,15 por cento em 2018, divulgou o BC nesta sexta-feira.

Em dezembro, o índice teve aumento de 0,21 por cento ante novembro, em dados dessazonalizados.

Assim, o IBC-Br encerrou o quarto trimestre do ano com avanço de 0,20 por cento sobre o terceiro trimestre, segundo também números dessazonalizados.

### **IGP-10 sobe 0,40% em fevereiro com alta nos preços no atacado, diz FGV**

15/02/2019 – Fonte: Reuters

O Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) passou a subir 0,40 por cento em fevereiro, contra queda de 0,26 por cento em janeiro, com maior pressão dos preços de minério de ferro, leite in natura e cana-de-açúcar no atacado.

Os dados informados pela Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta sexta-feira mostraram que, no mês, o Índice de Preços ao Produtor Amplo-10 (IPA-10), que mede a variação dos preços no atacado e responde por 60 por cento do índice geral, teve alta de 0,40 por cento, após queda de 0,59 por cento em janeiro.

O IPA apontou que o índice do grupo Matérias-Primas Brutas avançou 0,98 por cento, deixando para trás a queda de 0,78 por cento em janeiro, com destaque para o movimento dos itens minério de ferro, leite in natura e cana-de-açúcar.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-10), que responde por 30 por cento do índice geral, por sua vez, desacelerou a alta a 0,38 por cento em fevereiro, de 0,45 por cento antes.

O destaque foi o grupo Alimentação, cujos preços passaram a subir 0,66 por cento, ante avanço de 0,91 por cento no mês anterior.

O Índice Nacional de Custo da Construção-10 (INCC-10) subiu 0,41 por cento no período, contra avanço de 0,29 por cento em fevereiro.

O IGP-10 calcula os preços ao produtor, consumidor e na construção civil entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência.

### **ANP desiste de impor fórmula de formação de preço dos combustíveis**

15/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 14-02-2019)

A diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) discute em reunião na tarde desta quinta-feira, 14, a política que vai adotar para garantir transparência na formação dos preços dos combustíveis, o que atinge diretamente a Petrobras, empresa dominante nesse setor. Foi apresentada uma nova proposta, que será apresentada ao mercado em consulta de 15 dias e audiência pública no dia 20 de março.

No documento que será exposto aos agentes não constará mais a exigência de as empresas fornecedoras de derivados de petróleo adotem uma fórmula paramétrica de formação de preços. A proposta foi feita inicialmente pela ANP e chegou a ser exposta em audiência pública. Ao excluí-la, a ANP pretende se resguardar das críticas de que teria intenção de interferir no mercado.

“A fórmula despertou sentimento de controle de preços. Como se a ANP estivesse se arvorando a controlar preços, o que nunca foi a intenção. A intenção era mostrar os componentes que compunham o preço. Tinha uma fórmula, agora não tem. O objetivo foi mantido, o de dar transparência, mas sem a fórmula.

Agora, os contratos (entre refinarias e importadores e distribuidoras) trarão os preços e seus componentes, mas ficarão reservados ao órgão regulador”, disse o diretor Cesário Cecchi, durante a reunião, transmitida ao vivo pela internet.

A nova proposta é que as empresas passem a informar os componentes de formação do preços nos contratos homologados na ANP. Essa informação, no entanto, ficará reservada à agência reguladora.

A agência avalia ainda internamente um modelo para dar transparência aos preços dos combustíveis na revenda.

### **Nissan firma acordo para desenvolver tecnologia de recarga elétrica no Brasil**

15/02/2019 – Fonte: CIMM

#### ***Companhia trabalhará na solução com Itaipu e Instituto de Tecnologia Aplicada e Inovação***

A Nissan firmou nova parceria para construir soluções de mobilidade elétrica no Brasil. A companhia se uniu ao Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) e ao Instituto de Tecnologia Aplicada e Inovação (Itai) para trabalhar no desenvolvimento de carregadores bidirecionais para veículos elétricos. O projeto começou em 2017 e tem previsão de encerramento em 2020. Com o acordo, a fabricante de carros passa a contribuir com o desenvolvimento nesta segunda fase.



O plano é criar um sistema que permita aos carros funcionar também como um meio de armazenar e compartilhar energia com a rede elétrica. Depois da fase de estudos, as organizações envolvidas pretendem fabricar localmente a solução. A Nissan fornecerá duas unidades do Nissan Leaf para que os pesquisadores estudem a tecnologia. Segundo a companhia, o carro elétrico conta com o sistema Vehicle-to-Grid (V2G) e, portanto, é capaz de devolver energia para a rede.

Marco Silva, presidente da Nissan, assinou o acordo com os institutos de pesquisa em Foz do Iguaçu (PR) na sexta-feira, 8. Segundo ele, o sistema permitirá que os consumidores gerenciem seu consumo energético com mais precisão, com a possibilidade de usar o carro para abastecer a casa durante picos de demanda ou em uma eventual falta de luz.

## **Inovação avalia qualidade asséptica e anticorrosiva na indústria**

15/02/2019 – Fonte: CIMM

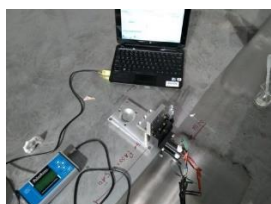


Uma parceria entre Unesp e o setor produtivo viabilizou o desenvolvimento de um instrumento de inspeção portátil para realização de testes voltados ao estudo da passivação do aço inoxidável, permitindo a análise da qualidade asséptica ou de resistência à corrosão de equipamentos e tubulações diretamente na planta industrial. O projeto recebeu apoio do programa PIPE, da Fapesp.

A passivação do aço inoxidável remete à formação de uma camada protetora gerada a partir da reação química entre componentes do inox e o meio ambiente. É esta camada a responsável pela assepsia e resistência à corrosão do aço inox que conhecemos.

Denominado PassivityScan, o projeto foi liderado pelo professor Cecilio Sadao Fugivara e pelo pesquisador Assis Vicente Benedetti, ambos vinculados ao Instituto de Química da Unesp de Araraquara, em parceria com o engenheiro Luis Henrique Guilherme, diretor-técnico da Soudap, empresa parceira na iniciativa.

A inovação tornou a Soudap a primeira empresa brasileira de consultoria e inspeção especializada em aplicações assépticas ou corrosivas capaz de avaliar e qualificar uma instalação industrial utilizando técnicas eletroquímicas. Entre dezembro de 2017 e agosto de 2018, o projeto teve apoio do programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE), da Fapesp, que incentiva a execução de pesquisa científica ou tecnológica em micro, pequenas e médias empresas no estado de São Paulo.



### **Aplicação**

A tecnologia pode ser aplicada em diversos setores da indústria, como farmacêutica, alimentícia, química e petroquímica, uma vez que esses setores precisam operar sob rigorosos critérios de qualidade asséptica e de resistência à corrosão. Guilherme explica que as normas da indústria atribuem exigências quase exclusivas sobre propriedades mecânicas dos materiais usados por esses setores, negligenciando variáveis que podem reduzir a qualidade asséptica ou de resistência à corrosão dos equipamentos durante sua construção.

“Uma soldagem pode ser realizada por procedimento qualificado, mas não atender aos critérios metalúrgicos para um bom desempenho em um meio corrosivo”, exemplifica o engenheiro e diretor-técnico da empresa parceira da Unesp. “Isso se deve principalmente pela falta de instrumentos capazes de avaliar a qualidade do filme passivo formado na superfície do aço, como ocorre nos aços inoxidáveis”.

O instrumento de inspeção portátil desenvolvido pela equipe de pesquisadores e empresários, denominado PassivityScan, atua justamente nessa lacuna ao otimizar os parâmetros dos processos construtivos, como soldagem e polimento, no intuito de se obter a máxima qualidade de passivação do aço. Dessa forma, a aplicação do PassivityScan está relacionada ao controle de qualidade na fase de construção do equipamento e também na qualificação do equipamento para meio asséptico ou corrosivo.

“Como o instrumento é portátil, os equipamentos e tubulações industriais podem ter sua qualidade asséptica ou de resistência à corrosão avaliada diretamente na planta industrial”, explica Guilherme.

Um artigo sobre o trabalho foi publicado na edição de dezembro do periódico Corrosion (NACE): <https://doi.org/10.5006/3004>.

### **Indústria de máquinas deve elevar investimento em 2019, mas abaixo da média dos últimos anos**

15/02/2019 – Fonte: CIMM

Os fabricantes de máquinas e equipamentos devem elevar em 30 por cento o investimento de 2019, para mais de 2,7 bilhões de reais, mas o valor deve se manter abaixo da média dos últimos anos, segundo dados divulgados nesta segunda-feira pela associação que representa o setor, Abimaq.

Segundo a associação de fabricantes, a micro e pequenas empresas e médias companhias do setor estão se mostrando mais dispostas a ampliar investimentos este ano, com previsão de crescimentos de 48,7 e 50,3 por cento, respectivamente. Nas grandes empresas, o investimento deve subir 17,9 por cento, mostrou o levantamento da entidade.

O setor é formado por cerca de 8.500 empresas no país e nos últimos anos vinha investindo uma média de 4,5 bilhões de reais ante "bons anos", entre 2010 e 2014 em que o investimento chegou a cerca de 8 bilhões a 9 bilhões de reais por ano.

A entidade afirmou que 35,5 por cento dos investimentos esperados em 2019 devem ser destinados para modernização tecnológica, 30,5 por cento para reposição de máquinas depreciadas, 24 por cento para ampliação da capacidade industrial e 10 por cento em outras áreas.

"O que deverá impulsionar os investimentos é a nova rodada de concessões de setores de infraestrutura", afirmou o presidente da Abimaq, João Marchesan, em comunicado à imprensa."

"Os investimentos devem ganhar mais fôlego somente no segundo semestre, quando algumas reformas forem aprovadas e o nível de ociosidade for reduzido. Hoje ele se encontra em 25 por cento", acrescentou.

## **Ouçá o AB Cast #1, que traz o balanço dos resultados da indústria automotiva**

15/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 14-02-2019)



### **Episódio de estreia já está nas principais plataformas de podcasts**

Está no ar o episódio de estreia desta temporada do **AB Cast**, o primeiro podcast dedicado a discutir a indústria automotiva e de mobilidade do Brasil. Você pode escutar o programa direto no navegador, dando o play logo abaixo, ou no celular, nos principais agregadores de podcasts, como Spotify e iTunes. Neste caso, basta sincronizar o programa e dar o play para ouvir onde quiser.

Para inaugurar a temporada, o **AB Cast** traz uma conversa sobre a performance da indústria automotiva brasileira no começo de 2019 e as tendências a partir daqui. Além disso, o programa apresenta um resumo da crise na General Motors, que ameaçou deixar de investir no Brasil caso não voltasse a ter lucro no País, e aborda ainda a estratégia de digitalização das concessionárias da Volkswagen.

Siga o **AB Cast** no seu agregador de podcasts para ouvir os episódios sempre em primeira mão. O próximo programa vai ao ar no dia 28 de fevereiro com uma discussão sobre o desafio de desempenhar função de liderança em uma empresa automotiva.

## **CNH Industrial tem lucro líquido 71% maior em 2018**

15/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 14-02-2019)



O Grupo **CNH Industrial** encerrou 2018 com **lucro líquido** 71% maior, ao reportar ganhos de US\$ 1,11 bilhão (ou US\$ 0,78 por ação) contra os US\$ 651 milhões apurados em 2017. Em seu balanço financeiro, a companhia informa ainda um faturamento de US\$ 29,7 bilhões com crescimento em todos os ramos de atuação: transporte, agronegócio, construção e energia, com as marcas Case e New Holland, além de Iveco, FPT Industrial e Magirus.

O Ebit ajustado das atividades industriais aumentou quase 40%, para US\$ 1,58 bilhão, com margem de 5,7%, alta de 1,3 ponto porcentual. Enquanto o Ebitda ajustado foi de US\$ 2,67 bilhões e margem de 9,6%, também alta de 1,1 ponto porcentual.

Segundo a empresa, no ano passado conseguiu reduzir a dívida industrial líquida em um terço na comparação com 2017, para algo em torno dos US\$ 600 milhões.

Em todos os setores que atua a CNH Industrial registrou aumento do Ebit ajustado, sendo US\$ 1.03 bilhão no segmento agrícola (+31%), US\$ 91 milhões em máquinas e equipamentos de construção, revertendo o prejuízo do ano anterior, em veículos comerciais o Ebit foi de US\$ 299 milhões (+53%) e em powertrain, houve aumento de 12,7%, para US\$ 406 milhões.

“O desempenho alcançado em 2018 confirma que a empresa segue uma trajetória de crescimento rentável, apesar de um ambiente macroeconômico e de negócios mais retraído na segunda metade do ano, causado pela escalada de tensões comerciais e tarifas relacionadas nos mercados globais, outras incertezas econômicas e políticas (incluindo as relativas ao resultado das negociações do Brexit) e uma expectativa geral de desaceleração no crescimento econômico global”, informa a empresa em nota.

Por causa do resultado positivo, a CNH Industrial projeta 2019 como mais um ano favorável, com faturamento líquido estável em US\$ 28 bilhões, lucro por ação entre US\$ 0,84 e US\$ 0,88 e dívida industrial reduzida para algo entre US\$ 400 e US\$ 200 milhões no fim deste ano.

A companhia acrescenta que as megatendências emergentes nos setores em que concorre, como digitalização, automação e eletrificação, implicam em uma reavaliação da abordagem de lançamento no mercado e dos requisitos de investimento de capital em novas tecnologias para novos produtos e soluções para clientes, o que já está previsto nos resultados previstos para ano.

### **Usiminas reverte prejuízo para lucro líquido de R\$ 401 milhões no 4º trimestre**

15/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

A Usiminas reportou no quarto trimestre de 2018 lucro líquido de R\$ 401 milhões, revertendo o prejuízo líquido de R\$ 45 milhões em igual período de 2017. No ano, a siderúrgica mineira teve lucro líquido de R\$ 829 milhões, crescimento de 163% ante os R\$ 315 milhões em 2017.

O lucro atribuído aos acionistas da companhia, que é aquele que é utilizado no cálculo para a distribuição de dividendos, ficou em R\$ 354,8 milhões, ante prejuízo de R\$ 49,9 milhões em igual trimestre do ano anterior.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado chegou a R\$ 830 milhões entre os meses de outubro a dezembro do ano passado, alta de 84% em relação ao observado em igual período do ano anterior, R\$ 450 milhões. Na comparação com o terceiro trimestre, a alta foi de 18%. No ano, a geração de caixa pelo mesmo critério somou R\$ 2,69 bilhões, alta de 23%.

A margem Ebitda ajustada foi de 24% no quarto trimestre de 2018, ante 15% em igual período de 2017 e de 18% no terceiro trimestre. No ano, a margem ficou estável, em 20%.

A receita líquida, por sua vez, ficou em R\$ 3,43 bilhões no trimestre, queda de 11% na comparação com o terceiro trimestre de 2018, mas alta de 12,5% na comparação anual. No acumulado do ano, as receitas subiram 28% para R\$ 13,7 bilhões.

### **Nippon aposta no avanço da demanda nacional por aço**

15/02/2019 – Fonte: Inda (publicado em 14-02-2019)

Nos últimos dez anos, a demanda global por aço cresceu 36%, segundo dados da Associação Mundial de Aço (WSA). No Brasil, o consumo ainda é pequeno. E é

exatamente por isso que a Nippon Steel&Sumitomo Metal (NSSMC) aposta num avanço significativo, que vai acabar refletindo no crescimento da Usiminas, empresa na qual divide o controle com o grupo ítalo-argentino Techint. "O Brasil tem potencial para quintuplicar a demanda", afirmou o diretor executivo para as Américas da NSSMC, Kazuhiro Egawa.

O executivo disse que não é possível determinar um prazo para que esse avanço aconteça, mas garante que será rápido. "Não dá para prever quando, pois isso depende da estabilidade política. Mas para se ter uma ideia, a China, por exemplo, aumentou cinco vezes a demanda por aço em dez anos", ressaltou Egawa. Lá, o consumo é de 544 kg por pessoa. No Brasil, essa média per capita é de 102 kg.

Quanto mais os brasileiros consumirem aço, maiores serão os investimentos da Nippon e, portanto, maiores serão os lucros da Usiminas. "Primeiro precisamos monitorar o aumento desse consumo, para investir gradualmente", destacou.

Segundo Egawa, uma das grandes promessas para sustentar tal crescimento é o setor da construção. "Aqui no Brasil usa-se muito mais concreto do que aço, que pode até ser mais caro. Entretanto, considerando o tempo que o concreto precisa secar e a intensidade da mão de obra que ele exige, o aço é bem mais eficiente, mesmo porque podemos fabricar blocos e depois montar, é bem mais rápido", disse.

Egawa veio para o Brasil há dois anos, com a missão de colocar fim a uma das maiores brigas societárias do Brasil: a Usiminas sofria com a divergência entre os sócios japoneses e ítalo-argentinos. Do terceiro trimestre de 2017 para o terceiro trimestre deste ano, a Usiminas saiu de um prejuízo de R\$ 45 milhões para um lucro de 289 milhões. O balanço anual de 2018 será divulgado nesta sexta-feira (15).